



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XI — N.º 153

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 1956

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e, nos termos do art. 27, letra n do Regimento Interno eu promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO N.º 30, de 1956

Art. único — São nomeados, de acordo com a alínea e do art. 61 do Regimento Interno, para exercer o cargo de Auxiliar Legislativo, classe "J", do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Maria José Miranda e Ana Maria Távares Sobral.

Senado Federal, em 3 de Setembro de 1956

JOÃO GOULART

Presidente do Senado Federal

### Sobre a mesa para recebimento de emendas

*Projeto de Lei da Câmara n.º 177, de 1956, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1957.*

Nos dias: 4, 5 e 6 de Setembro.

### ANEXO 3 — ÓRGÃOS AUXILIARES

Subanexos: 3.01 — Tribunal de Contas  
3.02 — Conselho Nacional de Economia

### Relação das Comissões

#### Comissões Permanentes

##### Diretora

Apolônio Salles — Presidente.  
Vivaldo Lima — 1.º Secretário.  
Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário.  
Carlos Lindemberg — 3.º Secretário.  
Reginaldo Cavalcanti — 4.º Secretário.  
Neves da Rocha — 1.º Suplente.  
Prisco dos Santos — 2.º Suplente.

#### Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.  
Cezar Vergueiro — Vice-Presidente.  
Ary Vianna.  
Alberto Pasqualini (1).  
Onofre Gomes.  
Victorino Freire.  
Paulo Fernandes.  
Mathias Olympio.  
Mourão Vieira.  
Fausto Cabral.  
Daniel Krieger.  
Juracy Magalhães.  
Othon Mader.  
Júlio Leite.  
Novaes Filho.  
Domingos Vellasco.  
Lino de Mattos.

##### Suplentes

João Arruda.  
Lima Guimarães.  
(1) — Substituído pelo Sr. Lima Guimarães.  
Secretário: Renato Chermont.  
Reuniões às sextas-feiras às 10 horas e 30 minutos.

#### Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente.  
Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente (1).  
Gilberto Marinho.  
Benedicto Valladares.  
Gaspar Velloso.  
Ruy Carneiro.  
Lourival Fontes.  
Lima Guimarães.  
Daniel Krieger.  
Atílio Vivacqua.  
Moura Andrade.  
(1) Substituído temporariamente por Rui Palmeira.  
Secretário — Mlécio dos Santos Andrade.  
Reuniões — Terças-feiras, às 14 horas.

#### Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente.  
Júlio Leite — Vice-Presidente.

Sá Tinoco.  
Remy Archer (1).  
Lima Teixeira.  
Fernandes Távora.  
Tarcísio de Miranda.  
(1) Substituído temporariamente por Sr. Sebastião Archer.  
Secretário — Renato Chermont.  
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

#### Comissão de Educação e Cultura

1 — Lourival Fontes — Presidente.  
2 — Jarpas Maranhão — Vice-Presidente.  
3 — Ezequias da Rocha.  
4 — Gilberto Marinho.  
5 — Mem de Sá.  
6 — Mourão Vieira.  
7 — Reginaldo Fernandes.  
Secretário — Francisco Soares Arruda.  
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

#### Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.  
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.  
Sebastião Archer. (2)  
Primio Beck.  
Lino de Mattos.  
João Arruda.  
Paulo Fernandes (1).  
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.  
(2) Substituído temporariamente por Remy Archer.  
Secretário — Pedro de Carvalho.  
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

#### Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Presidente.  
2 — Gaspar Velloso — Vice-Presidente.  
3 — João Villasbôas (\*).  
4 — Ruy Carneiro.  
5 — Saulo Ramos.  
(\*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Argemiro de Figueiredo.  
Secretária — Cecília de Rezende Martins.  
Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

#### Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.  
João Villasbôas — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.  
Benedicto Valladares.  
Lourival Fontes.  
Gomes de Oliveira.  
Rui Palmeira.  
Bernardes Filho.  
Moura Andrade.  
Secretário — J. B. Castelo Branco.  
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

#### Comissão de Saúde Pública

1 — Sylvio Curvo — Presidente.  
2 — Pedro Ludovico — Vice-Presidente.  
3 — Leonidas Mello.  
4 — Fausto Cabral.  
5 — Saulo Ramos.  
Secretária — Nathércia Sá Leitão.  
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

#### Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.  
Calado de Castro — Vice-Presidente.  
Ary Vianna.  
Francisco Gallotti (1).  
Alencastro Guimarães.  
Sylvio Curvo.  
Maynard Gomes.  
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Paulo Fernandes.  
Secretário — Romilda Duarte.  
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

#### Comissão de Transportes e Comunicações e Obras Públicas

1 — Novaes Filho — Presidente.  
2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente.  
3 — Francisco Gallotti.  
4 — Gaspar Velloso.  
5 — Coimbra Bueno.  
Secretário — Francisco Soares Arruda.  
Reuniões — As quintas-feiras, às 16 horas.

#### Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.  
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.  
Ary Vianna.  
Calado de Castro.

## EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL  
ALBERTO DE BRITO PEREIRACHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE CENAÇÃO  
LEOPOLDO GONÇALVES DE MENDONÇA LIMA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

Exterior

Ano ..... Cr\$ 135,00

## FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 10,00  
Ano ..... Cr\$ 20,00

Exterior

Ano ..... Cr\$ 100,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Mem de Sá.  
Mathias Olympio.Sé Tinoco.  
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.  
Reuniões — As quintas-feiras.

## Comissões Especiais

## De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.  
Georgino Avelino — Vice-Presidente.  
Atílio Vivacqua — Relator.  
Filinto Müller.  
Secretário — José da Silva Lisboa.  
Reuniões — As quintas-feiras.

## Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

## Senadores

Lima Teixeira — Presidente.  
Ruy Carneiro.  
Filinto Müller.  
Francisco Gallotti.  
Saulo Ramos.  
Argemiro de Figueiredo.  
Othon Mäder.  
Kerginaldo Cavalcanti.  
Júlio Leite.

## Deputados

Ernani Sátiro — Vice-Presidente.  
Aarão Steinbruch — Relator Geral.  
Tarso Dutra.  
Jefferson Aguiar.  
Moury Fernandes.  
Licurgo Leite.  
Sylvio Sanson.  
Lourival de Almeida.

## Comissões de Inquérito

## De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.  
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.  
Atílio Vivacqua — Relator.  
Alberto Pasqualini.  
Lino de Mattos.  
Secretário — Sebastião Veiga.  
Reuniões — As quintas-feiras.

## Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba.

Mathias Olympio — Presidente.  
Domingos Velasco — Vice-Presidente.  
Mendonça Clark — Relator.  
Remy Archer.  
Parafal Barroso.  
Coimbra Bueno.  
Ezequias da Rocha.Secretário — José Soares de Oliveira.  
Reuniões — As sextas-feiras às 20 horas.

## Comissão Mista

## Comissão Mista de Reforma Administrativa

Hórcio Lafer — Presidente.  
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.  
Gustavo Capanema — Relator.  
Afonso Arinos — Relator.  
Lopo Coelho.  
Bílac Pinto.Arnaldo Cerdeira.  
Filinto Müller.  
Ari Viana.  
Cunha Mello.Coimbra Bueno.  
Juracy Magalhães.  
Bernardes Filho.  
Secretário — José da Silva Lisboa.

Ata da 125.ª Sessão, da 2.ª Sessão Legislativa da 3.ª Legislatura, em 3 de Setembro de 1956

PRESIDÊNCIA DO SR. APOLONIO SALLES

## SUMÁRIO

## PROJETOS DE LEI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

— Projeto de Lei da Câmara n.º 188, de 1956, que cria o Quadro Especial (Universidade do Rio Grande do Sul) do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

## DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Novaes Filho — Apresenta e justifica projeto de lei, que extingue a Delegacia do Tesouro de Nova York. Referência a memória do Honório Hermeto Carneiro Leão e faz o necrológico do industrial pernambucano Sr. Antonio Alves de Araujo.

Senador Ruy Palmeira — Assinala o falecimento do Sr. Julio da Costa Barros.

Senador Lima Teixeira — A criação, pelo Ministério da Agricultura do Serviço de Patrulhas Mecanizadas.

Senador Gilberto Marinho — Comentários sobre a aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 18, de 1955.

## MATÉRIAS VOTADAS

Projeto de Lei da Câmara n.º 18, de 1955, que altera os descontos por fornecimento de alimentação dos empregados em hotéis, pensões, restaurantes, colégios, bares, hospitais e clínicas, clubes, associações e estabelecimentos congêneres. (Aprovado)

Projeto de Lei da Câmara n.º 113, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.965.747,20, destinado a atender ao pagamento dos débitos contraindidos pela 1.ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios. (Aprovado)

Projeto de Lei da Câmara n.º 118, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.346.000,00, para atender despesas omitidas no Orçamento Geral da União em 1956. (Aprovado)

Parecer n.º 773, de 1956, da Comissão de Relações Exteriores, pela aceitação e o devido encaminhamento à Comissão Diretora, para providências necessárias, de acordo com a Resolução n.º 28-56, do convite contido na carta do Secretário Geral da Associação Interparlamentar de Turismo, no sentido de que o Senado envie uma Delegação ao VI Congresso Interparlamentar de Turismo, a realizar-se em Istambul, de 26 de setembro a 2 de outubro. (Aprovado)

## MATÉRIA ADIADA

Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1956, que dispõe sobre os vencimentos dos magistrados, Ministros do Tribunal de Contas e membros do Ministério Público. (Emendado)

Comparecimento: 35 Srs. Senadores.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira —  
Cunha Mello — Prisco dos Santos —  
Alvaro Adolpho — Arêa Leão —  
Mathias Olympio — Leonidas Mello —  
Onofre Gomes — Fausto Cabral —  
Fernandes Távora — Georgino Avelino —  
Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo —  
Apolônio Salles — Novaes Filho —  
Ezequias da Rocha — Ruy Palmeira —  
Júlio Leite — Neves da Rocha —  
Lima Teixeira — Carlos Lindemberg —  
Atílio Vivacqua — Ari Viana —  
Sé Tinoco — Tarcsio Miranda —  
Caetano de Castro — Gilberto Marinho —  
Benedito Valadares — Coimbra Bueno —  
Sylvio Curvo — Filinto Müller —  
Gomes de Oliveira — Saulo Ramos —  
Primio Beck — (35).

## O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.  
Vai ser lida a ata.

O Sr. 1.º Suplente, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte:

## Expediente

Oficiais:  
Do Presidente da Comissão de

Mudança da Capital Federal, convidando os Srs. Senadores a visitarem a exposição, no Salão Nobre do Ministério da Fazenda, dos trabalhos já realizados pela mesma Comissão.

Telegrama do Presidente da Câmara Municipal de Londrina, Paraná, pedindo providências urgentes contra elementos comunistas confesos que estariam subvertendo a ordem no meio rural, insuflando os trabalhadores à revolta e ao abandono do trabalho com destruição das lavouras.

Da Câmara dos Deputados, números 1.736 e 1.735, encaminhando autógrafos dos seguintes Projetos de Lei:

## Projeto de Lei da Câmara

N.º 177, DE 1956

(N.º 1.360-56, na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1957.

Anexo 4

## PODER EXECUTIVO

420 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

# Projeto de Lei da Câmara n. 188, de 1956

(N.º 867-C-55, na Câmara dos Deputados)

Cria o Quadro Especial (Universidade do Rio Grande do Sul) do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica criado, na conformidade das tabelas anexas e da Lei n.º 2.403, de 13 de janeiro de 1955, o Quadro Especial (Universidade do Rio Grande do Sul) do Ministério da Educação e Cultura.

§ 1.º O quadro de que trata este artigo será integrado de cargos isolados e de carreira, destinados ao aproveitamento dos funcionários do Quadro Suplementar Estadual, da Universidade do Rio Grande do Sul.

§ 2.º Será aproveitado como es-  
criturário, padrão G, inspetor de  
alunos que, ficando excedente na  
mesma classe, tiver exercido, há  
mais de 10 (dez) anos, por inter-  
esse do serviço, funções de auxiliar de  
escriturário ou de assistente de di-  
reção de instituto universitário.

§ 3.º Serão, ainda, obrigatoriamente  
aproveitados nos cargos de bibliote-  
cário, padrão K, e de técnico de la-  
boratório, padrão I, respectivamente,  
do mesmo Quadro Especial, os bi-  
bliotecários e preparadores nomea-  
dos pelo Governo do Rio Grande do  
Sul em virtude da Lei Estadual n.º  
1.224, de 30 de novembro de 1950,  
posteriormente integrados como au-  
xiliares de bibliotecas e laboratoris-  
tas, na Tabela Numérica de Extra-  
numerários Mensalistas da Univer-  
sidade do Rio Grande do Sul, apro-  
vada pelo Decreto Federal n.º 30.668,  
de 24 de março de 1952, ou no Qua-  
dro Extranumerário de Mensalistas,  
da referida Universidade, aprovado  
pelo Decreto Federal n.º 35.630, de  
8 de junho de 1954.

§ 4.º O aproveitamento de que  
tratam os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º,  
será feito em caráter efetivo, asse-  
gurando-se aos servidores os direitos  
e vantagens do pessoal da União,  
inclusive a contagem do tempo de  
serviço anterior, para todos os efei-  
tos.

Art. 2.º Caberá à Divisão do Pes-  
soal do Ministério da Educação e

Cultura, por proposta da Univer-  
sidade do Rio Grande do Sul, provi-  
denciar a expedição dos títulos de  
aproveitamento dos servidores men-  
cionados nos parágrafos do artigo  
anterior.

Art. 3.º As vagas que ocorrerem  
no Quadro Especial (Universidade  
do Rio Grande do Sul) só poderão  
ser providas por promoção.

§ 1.º Os cargos isolados serão  
suprimidos à medida que vagarem.

§ 2.º As carreiras se extinguirão,  
gradativamente, suprimindo-se, à  
proporção que vagarem, os cargos de  
menor vencimento.

Art. 4.º Para atender às despesas  
decorrentes desta lei, é o Poder Exe-  
cutivo autorizado a abrir, pelo Mi-  
nistério da Educação e Cultura, o  
crédito especial de Cr\$ 6.831.000,00  
(seis milhões, oitocentos e trinta e  
um mil cruzeiros), assim discrimina-  
dos:

## Pessoal Permanente

Vencimentos, inclusive abono es-  
pecial temporário — Cr\$ .....  
5.507.160,00.

Abono de emergência — Cr\$ ..  
1.323.840,00.

Total — Cr\$ 6.831.000,00.

Parágrafo único. Os servidores  
aproveitados ganharão, a título de  
vencimento, a partir da vigência da  
Lei n.º 2.403, de 13 de janeiro de  
1955, somente a diferença verificada  
entre os valores dos padrões em que  
tiverem sido classificados e o tra-  
tamento pecuniário recebido, duran-  
te o mesmo período, do Estado do  
Rio Grande do Sul ou da União; e,  
em caso algum, auferirão novos abo-  
nos temporários especial ou de emer-  
gência aqueles que, por qualquer  
forma, já os tenham percebido, a  
contar daquela data, dos cofres fe-  
derais.

Art. 5.º O servidor do Quadro Su-  
plementar da Universidade do Rio  
Grande do Sul, que não tiver sido  
incluído por força do art. 24 do Ato  
das Disposições Constitucionais Tran-  
sitórias, da Constituição Federal,  
terá assegurado os direitos e vanta-  
gens desta lei, no cargo em que for  
aproveitado e ficará em disponibi-  
lidade remunerada se o aproveita-  
mento não houver observado o que  
prescreve em o art. 183 da Consti-  
tuição Federal.

Art. 6.º Esta lei vigorará a partir  
de 13 de janeiro de 1955, revogadas  
as disposições em contrário.

## TABELA DE QUE TRATA ESTA LEI

### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

#### Quadro Especial — (Universidade do Rio Grande do Sul)

##### a) Cargos isolados

Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou Padrão	Exc.
1	Arquivista .....	"K"	—
3	Artífice .....	"G"	—
1	Assistente .....	"K"	—
1	Enfermeiro .....	"G"	—
5	Escriturário .....	"G"	—
1	Motorista .....	"F"	—
8	Trabalhador .....	"J"	—

##### b) Carreiras

Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou Padrão	Exc.
1	Almoxarife .....	"K"	—
1	.....	"G"	—
2	.....	.....	—

Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou Padrão	Exc.
—	Astrônomo .....	"O"	1
1	.....	"N"	—
1	.....	"L"	—
2	Bibliotecário .....	"L"	1
2	.....	"K"	—
4	Contador .....	"M"	—
6	.....	"L"	—
3	Contratado .....	"G"	—
3	.....	"F"	—
5	.....	"E"	—
10	Inspetor de alunos .....	"H"	—
6	.....	"G"	—
2	Oficial Administrativo .....	"N"	1
3	.....	"M"	—
4	.....	"L"	—
2	.....	"K"	1
1	.....	"J"	—
1	.....	"I"	2
3	.....	"H"	—
10	Servente .....	"E"	5
1	.....	"D"	—
2	.....	"C"	—
14	.....	"B"	—
2	Técnico de Laboratório .....	"M"	—
19	.....	"L"	—
3	.....	"K"	—
4	.....	"J"	—
5	.....	"I"	—
6	.....	"H"	—
16	Zelador .....	"K"	1
34	.....	"H"	—
3	.....	"G"	—
1	.....	"F"	—
2	.....	"E"	—
6	.....	"D"	1

— As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cul-  
tura, de Serviço Público Civil e de Finanças.

## SAO LIDOS E VAO A IMPRIMIR OS SEGUINTE PARECERES

### Pareceres ns. 801 e 802, de 1956

Da Comissão de Justiça, sobre  
o Projeto de Lei da Câmara  
n.º 156, de 1954, que modifica o  
art. 1.º do Decreto-lei número  
12.299, de 22 de abril de 1943.

Relator: Sr. Atílio Vivacqua.

O Decreto-lei n.º 12.299, de 22 de  
abril de 1943, cujo art. 1.º pretende  
o projeto ora sob o nosso exame  
modificar, regulamentou o art. 29  
do Decreto-lei n.º 3.200 (Lei de  
Proteção à Família), que instituiu  
o regime de salário-família para os  
trabalhadores. E o fez concedendo,  
mensalmente o abono do chefe de  
família de Cr\$ 100,00 se tiver oito  
filhos e de mais Cr\$ 20,00 por filho  
excedente a esse número.

As modificações que o projeto es-  
tabelece incidem, apenas, sobre o  
valor do referido salário, de Cr\$ ..  
100,00 para Cr\$ 200,00; quanto ao  
limite do número de filhos de oito  
para cinco, e de Cr\$ 20,00 para Cr\$  
50,00, quanto ao valor a ser paga-  
do a partir desse limite.

Esta comissão já se manifestou  
favoravelmente ao projeto que volta  
ao nosso exame por haver recebido  
duas emendas, uma da Comissão de  
Serviço Público e outra da Comissão  
de Finanças.

A primeira altera para Cr\$ 300,00  
e Cr\$ 60,00 o salário-família-base e  
o abono "per capita", respectiva-  
mente; a segunda eleva para 7 o  
limite de filhos para a percepção  
do abono-base.

Nada temos a opor, do ponto de  
vista constitucional, às emendas re-  
feridas.

Sala das Comissões, 17 de julho  
de 1956. — Cunha Mello, Presidente.  
— Atílio Vivacqua, Relator.  
— Leirival Fontes. — Moura Andrade.

— Lima Teixeira. — Gaspar Veloso. — Gilberto Marinho. — Argemiro Figueiredo. — Daniel Krieger.

N.º 802, de 1956

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 156-54.

Relator: Sr. Lino de Matos.

1. Volta o presente projeto ao exame desta Comissão, que, em reunião de 13 de dezembro de 1954, o aprovava por considerar justas as alterações propostas à legislação do abono família, naquela conjuntura econômica.

2. O Projeto de Lei da Câmara n.º 156-54, de autoria do ilustre Deputado Coutinho Cavalcanti, dá nova redação ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 12.299, de 22 de abril de 1943, que regula a concessão de abono às famílias de prole numerosa.

3. Se àquela época já se justificava o aumento visado pela presente proposição, mais forte razão o impõe nas atuais circunstâncias. Assim é que, pela Comissão de Serviço Público Civil, foi acolhido o projeto, com a seguinte emenda ao artigo 1.º:

Emenda n.º 1-C

Onde se lê "Cr\$ 200,00" e "Cr\$ 50,00", leiam-se "Cr\$ 300,00" e "Cr\$ 60,00".

Entretanto, pela douda Comissão de Finanças foi proposto que se limitasse a 7 o número de filhos para a concessão da parte fixa do abono, atribuindo-se mais Cr\$ 50,00 por filho excedente.

4. Diante do estudo levado a efeito por aquele órgão técnico pelo qual se verifica que, no corrente exercício, a despesa resultante da aprovação do presente projeto, com a emenda da Comissão de Serviço Público Civil, ultrapassaria a cifra provável de dois bilhões de cruzeiros, somos forçados a admitir que a superveniência do aumento de salário-mínimo, recentemente decretado, mais agravará as dificuldades do erário público.

5. Por outro lado, o desequilíbrio econômico existente no seio das famílias numerosas menos favorecidas pela fortuna vem aumentando, dia por dia, pelo que somos também obrigados a concordar com o aumento do abono-família objetivado pela iniciativa do Deputado Coutinho Cavalcanti.

6. Há, a considerar ainda, a elevada despesa que, de maneira tão realista, foi examinada pela Comissão de Finanças, cujo parecer conclui pela aceitação do projeto, condicionada, porém, à diminuição do limite de 5 para 7 filhos. Ademais, um dos elementos utilizados nos cálculos daquela Comissão, foi a elevação de 20% atribuída ao salário-mínimo, mas, com a percentagem decorrente do recente aumento, tornar-se-á muito maior a despesa.

Realmente, nas atuais condições financeiras do país, qualquer aumento de despesa economicamente improdutivo poderá gerar novo surto inflacionário, com a consequente redução do valor real dos salários, configurando-se, assim, nítido e indesejável círculo vicioso.

7. Diante do exposto, colocamos de acordo com o ponto de vista externado pela douda Comissão de Finanças, no sentido de se aprovar o projeto sem estender demasiadamente o abono, elevando-lhe apenas os quantitativos monetários, como compensação pela redução do poder aquisitivo da nossa moeda.

Em resumo: modificando, em parte, o parecer emitido por esta Comissão em 13 de dezembro de 1954, tendo em vista os novos elementos apresentados, opinamos pela aprovação do projeto, no sentido da concessão do abono a partir do 7.º fi-

lho, ou seja, com a emenda proposta pela Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 1956. — Lima Teixeira, Presidente. — Lino de Matos, Relator. — Ruy Carneiro. — Remy Archer. — Primio Beck.

## Pareceres ns. 803 e 804, de 1955

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 165, de 1955 que, considera de grau médio o curso doméstico da Escola Doméstica de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Sr. Lima Guimarães.

Originário da Câmara dos Deputados o projeto n.º 156, de 1955 oficializa o curso doméstico da Escola Doméstica de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, considerando-o de grau médio.

No seu art. 3.º, concede o projeto às alunas que já concluíram o curso doméstico a faculdade de matrícula-rem-se na primeira série do curso clássico e científico. Não compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o efeito e conveniência do art. 3.º o que ficará a cargo da Comissão de Educação e Cultura.

Quanto à constitucionalidade do projeto, é pacífica.

Sala das Comissões em, 29 de maio de 1956. — Cunha Mello, Presidente. — Lima Guimarães, Relator. — Lourival Fontes. — Daniel Krieger. — Argemiro Figueiredo. — Gilberto Marinho. — Benedito Valladares. — Atílio Vivacqua. — Novais Filho. — Mendonça Clark.

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 165, de 1955.

Relator Sr. Reginaldo Fernandes.

O nobre Deputado José Augusto, com o objetivo de fazer reconhecer como curso de grau médio, nos termos da Lei n.º 1.821, de 12 de março de 1953, o Curso Doméstico da Escola Doméstica de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, apresentou o presente Projeto de Lei seguido de bem fundamentada justificação.

A obra de educação social que vem levando a efeito aquele estabelecimento fundado e mantido pela Liga do Ensino do Rio Grande do Norte desde sua fundação, datada do ano de 1914, é das mais destacadas, honrando o referido erucandário feminino não só a cultura riograndense do Norte como a do Brasil.

Sua inclusão entre os estabelecimentos classificados como cursos de grau médio impõe-se por todos os títulos.

Ocorre, entretanto, que o Projeto perdeu sua oportunidade, em face da Portaria Ministerial n.º 983, de 23 de dezembro de 1954, que a ele se antecipou, atendendo ao que ficou decidido no processo n.º 114.402-54.

A referida Portaria assim resolveu: "Aos portadores de diploma ou certificado de conclusão do curso doméstico da Escola Doméstica de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, feito de acordo com a sua atual organização, é permitido a matrícula na primeira série do curso clássico ou do científico, dos cursos técnicos comerciais, industriais e agrícolas, mediante as adaptações exigidas, em cada caso, pelo art. 2.º do Decreto n.º 34.330, de 21 de outubro de 1953".

Como se sabe, o Decreto número 34.330, a que se refere a Portaria Ministerial, é o que regulamenta a Lei n.º 1.821, já mencionada, e que por sua vez, dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial.

Pela rejeição do projeto. Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1956. — Lourival Fontes, Presidente. — Reginaldo Fernandes, Relator. — Gilberto Marinho. — Mendonça Clark. — Ezequias da Rocha.

## Parecer n. 805, de 1956

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 128, de 1956, que estende aos cursos de ciências econômicas, contábeis e atuariais o disposto no art. 61 do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei número 8.195, de 20 de novembro de 1945.

Relator: Sr. Mem de Sá.

Em fevereiro de 1945, o Sr. Deputado Hildebrando Bisaglia apresentou o Projeto que tomou o n.º 4.143 e que foi aprovado sem alteração de substância pela Câmara dos Deputados.

Ao fazê-lo, aquele representante justificou sua proposição com o esclarecimento e fundamentação que passamos a transcrever:

"O inciso I do artigo 51 do Decreto n.º 19.851, de 14 de abril de 1931, exigia, para inscrição ao concurso de catedrático, apresentação de diploma profissional ou científico de instituto onde se ministrasse ensino da disciplina a cujo concurso se propõe, além de outros títulos complementares referidos nos regulamentos de cada instituto".

Quando da criação da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1939, pelo Decreto-lei n.º 1.190, a administração encontrou um impasse: a maior parte dos cursos eram inteiramente novos na sistemática de modo que não havia candidatos com diploma de curso superior onde se ministrara ensino da disciplina das cadeiras a serem providas. Ressalvados raros casos de efetivação ocorrida (em virtude do aproveitamento de catedráticos da extinta Universidade Federal), foram as cátedras preenchidas interinamente. Em 1945 concursos na Faculdade Nacional para poder começar uma série de de Filosofia, foi modificada a redação do artigo 61 do Decreto-lei n.º 1.190 de 1939, para assegurar inscrição aos concursos dos candidatos que exerciam a cátedra em caráter interino, independentemente da posse de diploma de um curso em que figurasse a disciplina em concurso. O Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de novembro de 1945, determinou, entre outras alterações, a do artigo 61 do Decreto-lei n.º 1.190, que passou a ter a seguinte redação:

"Art. 61. O provimento aos cargos de professor catedrático será feito por concurso de títulos e de provas, de acordo com a legislação federal do ensino em vigor".

"§ 1.º Para a inscrição ao concurso destinado ao primeiro provimento efetivo, o exercício como catedrático interino por dois anos consecutivos na própria Faculdade poderá suprir a exigência da alínea I do artigo 51 do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931.

"§ 2.º Fica assegurada aos candidatos já admitidos ex-offício a respectiva inscrição, desde que satisficam as demais exigências do artigo 51 do Decreto n.º 19.851, referido no parágrafo anterior".

A inclusão dos cursos de ciências econômicas, contábeis e atuariais, definitivamente no plano do ensino superior, data o de ciências econômicas, de 1945 (Reforma Capanema, do Ensino Comercial) e os de ciências contábeis e atuariais, de 1945 (Decreto-lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945). Evidentemente são cargos relativamente novos, sendo impossível encontrar, para determinadas cadeiras, candidatos que satisficam as exigências do inciso I do artigo 51, do Decreto nú-

mero 19.851, de 1931. Ocorre nestes cursos, o mesmo que se deu com as Faculdades de Filosofia onde ainda vigora esse dispositivo de lei apesar de já ter 15 anos de existência, enquanto os de ciências contábeis e atuariais, tem 9 apenas.

Esperar que a atual geração termine o curso e se prepare para o concurso, exercendo atividade didática preliminar e preparando publicações, é protelar o provimento efetivo das cadeiras. Se os atuais professores interinos têm capacidade para preparar a nova geração que receberá o diploma que os habilitará ao concurso, devem ter uma oportunidade de concorrer ao concurso da cátedra, pois o provimento efetivo da cátedra é um imperativo consubstanciado no inciso VI do artigo 168 da Constituição Federal, a que não nos podemos furtar".

A douda Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados considerou constitucional o projeto e a de Educação e Cultura, apenas com uma voz contrária, o aceitou integralmente, nos termos do voto do Sr. Deputado José Alves que adotou a exposição de motivos do autor da proposição.

Realmente, nada há a acrescentar ou contestar à justificação acima transcrita, que parece inteiramente procedente em sua lúcida e sóbria argumentação. O voto vencido na Comissão de Educação e Cultura, do Sr. Deputado Perilo Teixeira, originariamente designado relator do caso, limita-se a afirmar que "o caso da Faculdade Nacional de Filosofia é bem diverso do a que se refere a proposição do nobre deputado Hildebrando Bisaglia, eis que as disciplinas para as quais o projeto pretende os concursos estão, na sua maior parte, incluídas no âmbito do estudo do Direito, em suas diversas formas e institutos".

Não nos parece certa a afirmativa. Muito ao contrário, as matérias integrantes dos cursos das Faculdades de Ciências Econômicas são, em sua grande maioria, estranhas aos currículos das Faculdades de Direito. O mais ligeiro confronto o demonstra sobejamente.

Releva considerar, ainda, que o preceito que se pleiteia no projeto em foco — o do art. 61 do Decreto-lei n.º 1.190, com redação dada pelo Decreto-lei n.º 8.159 — somente se aplica "para a inscrição ao concurso destinado ao primeiro provimento efetivo". Só para este concurso, o exercício como catedrático interino, por dois anos consecutivos na própria Faculdade, poderá suprir a apresentação de diploma profissional ou científico de Instituto onde ministrasse ensino da disciplina a que vise o mesmo concurso.

Trata-se de atender a situação transitória que, de outra forma, teria dificuldade de ser contornada. E de considerar que o dispositivo não fere o princípio do concurso, nem prejudica substancialmente a apuração da competência, dos concorrentes.

Por estas razões e as confidas na justificação do projeto, somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1956. — Lourival Fontes, Presidente. — Mem de Sá, Relator. — Gilberto Marinho. — Reginaldo Fernandes. — Ezequias da Rocha.

## Parecer n. 806, de 1956

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 21, de 1955, que institui Patrono do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, General Aristarco Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e dá outras providências.

Relator: Sr. Reginaldo Fernandes.



O projeto de lei em apêço, oferecido pelo nobre Senador Ruy Carneiro propõe instituir patrono do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o General Aristarco Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, antigo comandante desta corporação.

Considerado constitucional pela Comissão de Justiça, foi julgado inoportuno pela Comissão de Segurança Nacional.

A nosso ver a matéria sobre que trata o projeto escapa à competência específica desta Comissão.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1956. — *Lourival Fontes, Presidente. — Reginaldo Fernandes, Relator. — Gilberto Marinho — Ezequias da Rocha — Mem de Sá.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. (Pausa).

Tendo sido distribuídos, hoje, os avulsos do Orçamento da União para o próximo exercício financeiro, referentes aos subanexos 3.01 — Tribunal de Contas e 3.02 — Conselho Nacional de Economia, terá início na próxima sessão o prazo para apresentação de emendas aos mesmos perante a Mesa.

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito. (Pausa).

Aureste S. Ex.<sup>a</sup>, tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, segundo orador inscrito. (Pausa).

Não está presente.

Cora a palavra o nobre Senador Novaes Filho, terceiro orador inscrito.

#### O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) —

Sr. Presidente, venho apresentar ao Senado mais um projeto no sentido de pouparmos divisas, mais um projeto que vem trazer, por certo, cooperação ao combate, que deve ser enérgico e decisivo, à linha inflacionária que aí está devastando o país inteiro. Assim procedo Sr. Presidente porque pelas entrevistas e pelos discursos do honrado Sr. Ministro da Fazenda, nosso prezado companheiro de Congresso, Deputado José Maria Alkmim, tenho a impressão de que S. Ex.<sup>a</sup> se acha grandemente empenhado nesse combate a que eu chamo, com alto sentido de justiça, de bom combate.

Sr. Presidente, não há negar que já encontramos certo arejamento nesta crise terrível em que se debate o Brasil. É possível que as medidas tomadas para chegarmos a bom resultado despertem aplausos de uns, oposição de outros, gerando grandes controvérsias; mas, para combater-se a crise do vulto da que constrija o Brasil, há necessidade, realmente, de pertinácia e coragem.

Em outra oportunidade, eu, que venho acompanhando tão de perto as funestas consequências da inflação e, por isso, me propus a sugerir através do Senado da República, algumas providências para contenção de despesas farei comentários sobre várias medidas, inclusive a Instrução número 135 da SUMOC, alto setor administrativo entregue ao critério da inteligência e ao patriotismo de um nosso antigo companheiro, homem de bem sob todos os pontos de vista, — o eminente Sr. Eurico Sales.

É este, Sr. Presidente, o projeto que trago à alta deliberação desta Casa e dentro pouco enviarei à Mesa:

#### Projeto de Lei do Senado n. 39, de 1956

*Extingue a Delegacia do Tesouro no Exterior, com sede em Nova Iorque e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1.º Fica extinta a Delegacia do Tesouro no Exterior, com sede em

Nova Iorque, passando todas as suas atribuições a ser exercidas pelo Consulado Geral do Brasil na mesma cidade.

Art. 2.º O Ministério das Relações Exteriores aparelhará o Consulado de Nova Iorque para o desempenho das atribuições a que se refere o artigo 1.º e recebimento de todo o arquivo e documentos da extinta Delegacia do Tesouro, tendo a colaboração de dois assessores contabilistas, designados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Pelo Decreto n.º 3.852, de 1.º de maio de 1867, o serviço de escrituração e contabilidade de despesa e receita fora do Império foi desligado da Legação do Brasil em Londres.

Diante das dificuldades impostas pela guerra, quanto às comunicações, passou o referido serviço a ter sede na cidade de Nova Iorque.

De conformidade com o Decreto-lei n.º 9.696, de 2 de setembro de 1946, foi reorganizada a Delegacia do Tesouro no Exterior, subordinada à Pasta da Fazenda.

À deficiência de comunicações, os transportes marítimos de um mês, para a Europa, a necessidade de providências relativas aos nossos repetidos e torturantes empréstimos externos, impunham, realmente, a existência desse serviço fora do país.

Hoje, com o avião, desapareceram as grandes distâncias, e as comunicações se fazem em segundos.

Por outro lado as tarefas de pagamentos, de que se incumbia a nossa Delegacia em Nova Iorque não se compreenderia fossem realizadas senão por estabelecimentos bancários. O que resta à Delegacia é um serviço de registros e anotações; uma ou outra providência; um ou outro esclarecimento; em suma, uma atuação extremamente limitada. De modo que, como medida de parcimônia, de poupança de divisas, deve essa repartição no exterior desaparecer.

Aliás, no governo Dutra, já o saudoso Ministro Corrêa e Castro havia deliberado extinguir a aludida Delegacia, vencendo todos os obstáculos e dificuldades urgidas.

Meu projeto traz mais uma sugestão no sentido de pouparmos dólares, gastos inutilmente, com uma repartição de rótulo pomposo, que nenhum outro país ostenta em Nova Iorque, o que pode deixar de existir sem nenhum prejuízo aos fins a que se destina.

Todos os serviços que lhe estão afetos passarão a ser desempenhados pelo Consulado Geral do Brasil, que terá, designados pelo Ministro da Fazenda, dois assessores, contabilistas, para melhor entrosagem entre o Ministério das Relações Exteriores e aquela Secretaria de Estado.

Dispõe hoje o Itamarati, graças aos cursos do Instituto Rio Branco, de uma valorosa equipe de diplomatas que conhecem profundamente Economia e Finanças, estando apto, assim, a mandar para o Consulado Geral de Nova Iorque, funcionários de primeira ordem e reconhecida idoneidade e competência.

Nos Estados Unidos, além do Embaixador, chefe da nossa representação diplomática, existem outros embaixadores mirins, sem funções, rigorosamente falando, e até criando dificuldades de ordem protocolar: o Sr. Chefe da Delegacia do Tesouro, o Sr. Ministro para Assuntos Econômicos, o Sr. Chefe do Escritório Comercial, três embaixadores na hierarquia das remunerações em dólares que recebem.

A extinção desse serviço é medida consentânea com as restrições e com

a austeridade que o combate à inflação requer.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1956. — *Novaes Filho.*

Sr. Presidente, é meu propósito a divisão deste discurso em duas partes completamente distintas: a primeira, a respeito do projeto que enviarei à Mesa e a segunda homenageando, nesta data, uma das mais notáveis figuras do Segundo Império.

Desejo, reverenciar, hoje, o nome altamente fulgurante de um grande patriota e estadista: Honório Hermeto Carneiro Leão, cuja velha estirpe tem no meu Pernambuco as maiores e mais profundas raízes, família a que pertence minha esposa e à qual também estou ligado pelo sangue, porque, como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, ela provém do mesmo ramo da família Carneiro da Cunha, de que sou descendente pelo lado materno.

Sr. Presidente, sem nenhuma dúvida, foi o Marquês do Paraná homem que legou às gerações do Brasil os melhores ensinamentos de uma vida plena de exemplos notáveis, sobretudo pela inspiração patriótica, pela cultura e pela altitude e nobreza com que sempre se pôs ao serviço da nacionalidade.

Nós, os pernambucanos, Sr. Presidente, temos ainda outros motivos para exaltar essa grande figura que enriqueceu, com sua inteligência e magnífica trajetória patriótica, os dias fecundos e brilhantes da vida pública brasileira, no Segundo Império.

Em 1849, depois das lutas da Revolução Praieira, onde os pernambucanos, mais uma vez, deram o sangue e a vida pelo grande ideal da nacionalidade, a voz do Marquês do Paraná, sua solicitude, a grandeza dos seus ensinamentos e toda a esplêndida beleza moral de sua ação, fizeram-se sentir, promovendo a pacificação de tantos espíritos, cuja separação cavou sulcos profundos aparentemente intransponíveis.

Não só por esses atos negou o Marquês do Paraná à história brasileira grandes ensinamentos, demonstrando a necessidade indeclinável da pacificação. Em 1853, organizou o Gabinete a que se denominou, com toda a propriedade, de Conciliador.

Infelizmente, morreu o ilustre brasileiro. Três anos após haver encetado aquela faíscas gloriosa de conciliar o Brasil, evitar as lutas fratricidas, as divisões improficuas, procurando reunir as energias, unir, bem unida, a vontade nacional, para que o Brasil pudesse caminhar, com maior denodo e eficiência, para os grandes destinos que o futuro já lhe abria.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.<sup>a</sup> dá licença para um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Associado-me de coração à homenagem que V. Ex.<sup>a</sup> está prestando ao Marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, foi, realmente, como se dizia na Espanha, um dos grandes do Segundo Império. Se não o conseguiu não foi por falta de vontade, porque era, incontestavelmente, um dos maiores cidadãos do Brasil de então.

O SR. NOVAES FILHO — Sou muito grato à valiosa contribuição trazida à homenagem que estou prestando a um grande homem do Brasil pelo meu eminente companheiro do Senado, o digno representante cearense, Senador Fernandes Távora. É a contribuição da terra da luz, do Ceará, que também se deu por inteiro à defesa dos grandes ideais, à homenagem que estou prestando, no transcurso do primeiro centenário do falecimento desse grande homem público e dos maiores estadistas da nossa Pátria.

Foi tão fecunda, tão alta, tão notável a obra pública de Honório Hermeto Carneiro Leão que, sobre ela, disse Euclides da Cunha — nome que ecoa em todos os recantos da nacionalidade e é sempre pronunciado com a emoção e o respeito de todos os brasileiros — "que a política da con-

ciliação demarca trêcho decisivo da nossa História Constitucional".

Com estas simples palavras, Sr. Presidente, rendo as homenagens do pernambucano ao grande mineiro que ilustrou a história do Segundo Império com magníficos exemplos, e cuja decisão em favor de uma política conciliatória e de pacificação merece lembrada para que os estadistas de agora procurem imitar o grande patriota — Honório Hermeto Carneiro Leão. (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Rui Palmeira, quarto orador inscrito.

#### O SR. RUY PALMEIRA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, cumprio um dever deixando o registrado nos Anais desta Casa o falecimento de um ilustre alagoano, o Dr. Júlio da Costa Barros. Dessa maneira inesperadamente, quando com a sua inteligência, com o seu trabalho, com o seu preparo profissional tanto ainda podia dar ao Brasil. Pertencente a uma das mais ilustres famílias alagoanas integradas na vida rural do meu Estado, era o Doutor Júlio da Costa Barros engenheiro civil e embora sem desprender-se da atividade agrícola, tradicional entre os seus, ocupava atualmente as funções de Chefe da Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura no Estado do Paraná.

Foi certa vez solicitado a exercer as funções de Prefeito na nossa terra natal, o Município de S. Miguel dos Campos. E com a maior desambigação, com aquela seriedade que em um dos traços do seu caráter, ali realizou uma administração das mais profícuas. Pouco depois de haver mostrado a sua identidade com os ideais animadores do movimento revolucionário de 1930, desencantado com a política que nunca o seduziu, voltou ao seu engenho de onde saiu para integrar os quadros técnicos do Ministério da Agricultura na gestão do General Juarez Távora.

No momento em que desapareceu, ao ter estas considerações sobre a sua personalidade, exprimir o pesar dos meus conterrâneos e prestar uma homenagem à memória de quem viveu uma vida digna, uma vida de trabalho, de honestidade, de realizações, uma vida de esforços em favor da comunidade. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Continua a hora do expediente.

#### O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, acaba de chegar ao meu conhecimento notícia que me produziu profunda tristeza e, certamente, despertará igual sentimento em V. Ex.<sup>a</sup>.

Faleceu, em Pernambuco, uma das figuras mais respeitáveis de minha classe, da lavoura canavieira, — o velho Dr. Antônio Alves de Araújo, filho dos Barão de Amaraji.

De acordo com aquela facilidade que o Segundo Império conferia aos filhos mais velhos dos titulares de ingressarem na Escola Militar, na categoria de cadetes, tinha, por isso, Antônio Alves de Araújo o apelido de Cadete, sendo conhecido no nosso Estado, como o Dr. Cadete.

Foi, sem dúvida um dos homens que mais se elevaram na defesa dos direitos, e das reivindicações, da lavoura canavieira de Pernambuco, e, mais que isso nos reclamamos para que nela se introduzissem métodos mais modernos de produção.

Dedicou toda a sua vida na agricultura à seleção de sementes, a maneiras mais práticas e modernas de cultura, da adubação e dos sistemas para irrigar.

Antônio Alves de Araújo foi também dos que mais se bateram pelas grandes reiv

zas de cana da minha terra. Bem mais, ainda, quando dele me avizinei e passei a participar da sua amizade, comecei a ver em Antônio Alves de Araújo um dos maiores líderes pernambucanos, com poucos interesses pessoais, para servir à nobre classe a que pertencia.

Nos congressos açucareiros, nas reuniões agrícolas de Pernambuco, sabe V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, daquele papel modesto mas elevado que Antônio de Araújo soube sempre representar, de tal forma e de tal maneira que todos nós o chamávamos de "arquivo vivo" da lavoura pernambucana.

Este velho mestre de nós todos na pertinácia, no interesse, na defesa dos problemas agrícolas do meu Estado, desceu ao túmulo de consciência tranquila, porque deixou uma prova bem encaminhada e respeitada, à qual teve o cuidado de educar à luz e à beleza da vida cristã. Tenho a certeza de que se acompanhou, ao morrer, das bênçãos e da gratidão de toda a lavoura de Pernambuco. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido um requerimento do nobre Senador Cunha Mello.

É lido e apoiado o seguinte

#### Requerimento n. 493, de 1956

Nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em combinação com a letra c, do Regimento Interno, requiro inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 201, de 1952, cujo prazo, na Comissão de Serviço Público Civil já se acha esgotado.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1956. — *Cunha Mello.*

#### O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser apoiado será discutido e votado depois da ordem do dia. (Pausa).

Pelo nobre Senador Novaes Filho que foi lido e justificado da tribuna projeto de lei que sumeto ao apoio dos Srs. Senadores, nos termos do Regimento Interno.

Os Srs. Senadores que o apoiam, queiram permanecer sentados. (Pausa). Apoiado.

O projeto vai às Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Finanças.

Continua a hora do expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara número 18, de 1955, que altera os descontos por fornecimento de alimentação dos empregados em hotéis, pensões, restaurantes, colégios, bares, hospitais e clínicas, clubes, associações e estabelecimentos congêneres (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Gilberto Marinho); tendo Pareceres (números 438 e 800, de 1956) das Comissões de Constituição e Justiça e da Legislação Social, favoráveis ao projeto e às emendas de plenário.

#### O SR. PRESIDENTE:

A propósito desta matéria a Mesa julga oportuno esclarecer o seguinte: O projeto acha-se instruído com três pareceres da Comissão de Legislação Social.

No primeiro (n.º 438, de 1955) aquele órgão se manifestou contra a proposição, acolhendo-a de inconstitucional, no que foi contrariado pela Comissão de Constituição e Justiça, cujo pronunciamento a declara isenta do vício apontado.

No segundo (Parecer n.º 438-56), pertinente às duas emendas de plenário, a Comissão de Legislação Social

reafirma o seu pronunciamento anterior, declara-se também contrário, à emenda n.º 1, mas, admitindo a hipótese de ser aprovado o projeto concorda com a emenda de número 2, caso isso se verifique.

No terceiro pronunciamento, constante do Parecer n.º 800, de 1956, a mesma Comissão reconsidera os anteriores para aconselhar a aprovação do projeto com as duas emendas de plenário.

Com esses esclarecimentos é que a matéria vai ser submetida à votação a começar pelas emendas.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto e as emendas. (Pausa).

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão. — (Pausa).

#### Encerrada.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que aprovam as emendas queiram permanecer sentados. (Pausa).

Estão aprovadas.

São as seguintes as emendas aprovadas:

#### EMENDA N.º 1

Substitua-se o art. 1.º pelo seguinte: "Art. 1.º Para os efeitos do art. 82 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), os descontos por fornecimento de alimentação, quando preparada pelo próprio empregador, não poderão exceder a 25% do salário mínimo".

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto assim emendado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado que vai à Comissão de Redação.

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 18, DE 1955

Que altera os descontos por fornecimento de alimentação aos empregados em hotéis, pensões, restaurantes, colégios, bares, hospitais e clínicas, clubes, associações e estabelecimentos congêneres.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Para os efeitos do art. 82 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho — os descontos por fornecimento de alimentação pelo empregador aos empregados em hotéis, pensões, restaurantes, colégios, bares, hospitais e clínicas, clubes, associações e estabelecimentos congêneres, serão reduzidos à metade dos previstos nas tabelas do salário mínimo.

Art. 2.º A disposição do art. 1.º será aplicada aos trabalhadores em geral, desde que as refeições sejam preparadas e fornecidas no próprio estabelecimento empregador.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 113, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.965.747,20, destinado a atender ao pagamento dos débitos contraindidos pela 1.ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios; tendo Parecer, sob n.º 754, de 1956, da Comissão de Finanças, favorável, com a emenda que oferece de n.º 1-C.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa).

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão. — (Pausa).

#### Encerrada.

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

É a seguinte a emenda aprovada:

#### EMENDA 1-C

Ao art. 1.º

Onde se diz:

"nos exercícios de 1946 e 1947"

Diga-se:

"nos exercícios de 1945, 1946 e 1947".

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto assim emendado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 113, de 1955

(N.º 2.746-B-52, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.965.747,20, destinado a atender ao pagamento dos débitos contraindidos pela 1.ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.965.747,20 (um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e sete cruzeiros e vinte centavos), destinado a atender ao pagamento dos débitos contraindidos pela 1.ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, na praça de Manaus, Estado do Amazonas, nos exercícios de 1946 e 1947.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 118, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.346.000,00, para atender despesas omitidas no Orçamento Geral da União em 1956; tendo Parecer favorável, sob n.º 756, de 1956, da Comissão de Finanças.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

#### Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 118, de 1956

(N.º 1.713-B, de 1956, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.346.000,00 para atender a despesas omitidas no Orçamento Geral da União de 1956.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.346.000,00 (três milhões trezentos e quarenta e seis mil cruzeiros), para atender às seguintes despesas omitidas no Orçamento Geral da União para 1956:

a) No Serviço de Expansão do Trigo, para desenvolvimento da produção, mediante acordo, com as Prefeituras Municipais de São Luiz Gonzaga e Irajá Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros); e

b) no Departamento Nacional da Produção Vegetal, para instalação prosseguimento, complementação e fomento de produção, nos Postos Agropecuários de Cruz Alta, Cr\$ 509.000,00 (quinhentos mil cruzeiros); de Santo Antonio da Patrulha, Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros); de São Francisco de Assis, Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros); de São Francisco de Paula, Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros); de São Gerônimo, Cr\$ ..... 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros); e de São Luiz Gonzaga, Cr\$ 486.000,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil cruzeiros).

Art. 2.º Os créditos parciais de que trata o art. 1.º serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas, e distribuídos à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Rio Grande do Sul.

Art. 3.º Se a aplicação efetiva dos recursos previstos nesta lei não se verificar até o encerramento do exercício financeiro de 1956, serão os mesmos obrigatoriamente incluídos no primeiro orçamento federal que se elaborar.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Parecer número 773, de 1956, da Comissão de Relações Exteriores, pela aceitação e o devido encaminhamento à Comissão Diretora, para providências necessárias, de acordo com a Resolução n.º 26-56, do convite contido na carta do Secretário Geral da Associação Interparlamentar de Turismo, no sentido de que o Senado envie uma Delegação ao VI Congresso Interparlamentar de Turismo, a realizar-se em Istambul, de 2 de setembro a 2 de outubro

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

#### Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o parecer aprovado, que será arquivado, depois de cumprida a deliberação do Senado, constante de sua conclusão.

#### PARECER

N.º 773, de 1956

Da Comissão de Relações Exteriores sobre a comunicação da Associação Interparlamentar de Turismo relativa à realização do próximo Congresso dessa organização, em Istambul.

Relator: Sr. Lourival Fontes.

A Associação Interparlamentar de Turismo dirigiu ao Presidente do Senado Federal uma comunicação relativa à realização, de 28 de setembro a 2 de outubro próximo, em Istambul, do VI Congresso dessa organização, transmitindo-nos o convite para enviarmos uma delegação, do Grupo Parlamentar Turco de Turismo.

Esta Comissão nada tem a opor a que se envie àquela conclave uma representação dos senadores, cabendo à Comissão Diretora tomar providências necessárias no caso, de acordo com a Resolução n.º 26 do corrente mês.

*Primeira discussão (com aprovação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 133 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1956, que dispõe sobre os vencimentos dos magistrados, Ministros do Tribunal de Contas e membros do Ministério Público; tendo Pareceres, sob n.º 629, de 1956, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Há emenda, que vai ser lida pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lida e apoiada a seguinte:

#### EMENDA N.º 1

Substitua-se a ementa e o art. 1.º do referido Projeto pelos seguintes textos:

Declara a aplicabilidade do art. 146 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, aos Magistrados, Ministros e Auditores do Tribunal de Contas e Membros do Ministério Público.

Art. 1.º A gratificação prevista no art. 146 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, é declarada aplicável aos vencimentos dos Magistrados, Ministros e Auditores do Tribunal de Contas e Membros do Ministério Público, acrescidos na forma do disposto nas Leis n.º 21, de 15 de fevereiro de 1947, (art. 2.º); n.º 116, de 15 de outubro de 1947, (art. 13, § 2.º) e n.º 1.341, de 30 de janeiro de 1951, (art. 82).

#### Justificação:

A Emenda foi proposta nos termos do § 3.º, do art. 133, do Regimento Interno, evidência que não se trata de modificar o disposto nas Leis n.º 21, e 116, de 1947, ou na Lei n.º 1.341, de 1951; apenas interpretá-las e declarar que as percentagens estabelecidas nesses diplomas legais constituem acréscimos de vencimentos e não gratificações ou adicionais.

Forma explícito que a gratificação do art. 146 dos Estatutos dos Funcionários Públicos se aplica aos servidores mencionados na proposição e recal sobre os vencimentos estatuidos nas citadas leis, formados pela remuneração fixa e mais seus respectivos acréscimos.

Desta forma, não há, portanto, como articular-se qualquer inconstitucionalidade contra o projeto, com fundamento em infração do art. 67, §§ 1.º e 2.º da Lei Magna.

A Emenda imprime ao Projeto o seu caráter de lei meramente interpretativa.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1956. — *Ezequias da Rocha*.  
Im discussão o projeto com a emenda. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

O projeto volta à Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação o requerimento n.º 493, do nobre Senador Cunha Mello, lido à hora do Expediente, de inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara n.º 201, de 1952, cujo prazo na Comissão de Serviço Público Civil, já se acha esgotado.

Em votação.  
Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram conservar-se

O projeto será incluído em ordem do dia, oportunamente.

Está esgotada a matéria constante da ordem do dia.

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, primeiro orador inscrito, para esta oportunidade.

#### O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, por mais de uma vez ocupei a tribuna do Senado solicitando a atenção do Ministério da Agricultura para um problema que interessa diretamente ao homem do campo. Refiro-me à organização de patrulhas mecanizadas, destinadas a auxiliar aqueles que, embora disponham de terras, não possuem recursos para adquirir a maquinaria indispensável ao seu cultivo.

Eis por que reiteradamente tenho sugerido ao titular daquela pasta a criação, através do Departamento de Fomento Agrícola dos vários Estados, de patrulhas mecanizadas que propiciassem o aumento da produção. A providência seria mais viável do que a venda da maquinaria a preços de custo tão elevados que nenhum fazendeiro, especialmente do Norte, disporia de recursos para adquiri-la. Basta dizer que um trator do tipo médio custa, atualmente, cerca de seiscentos mil cruzeiros.

Sr. Presidente, verifiqui, com satisfação, que o Sr. Ministro da Agricultura atendeu, pelo menos em parte, ao meu apelo. Segundo publicam os jornais, o General Ernesto Dornelles iniciou a organização das patrulhas agrícolas. Tive ensejo de ler, no *Diário Carioca*, a seguinte notícia:

“Novas patrulhas agrícolas motomecanizadas estão sendo organizadas pelo Ministério da Agricultura, a fim de prestar assistência direta aos lavradores, em regime de cooperação. Com as unidades recém-criadas eleva-se a 40 o número de tais conjuntos mantidos em quase todo o país pela Divisão de Fomento do Departamento Nacional da Produção Vegetal. Além disso, a referida Divisão criou 13 patrulhas móveis de irrigação para atuar em zonas do Polígono das Secas”.

Trata-se, justamente, de área das mais necessitadas — o polígono das secas. Prossegue a nota:

“As patrulhas motomecanizadas têm por objetivo realizar trabalhos de desbravamento de terras, aração, tratamentos culturais, colheitas, conservação do solo, irrigação e drenagem. Para tanto, dispõem de tratores, colhedoras, caminhões, jipes e outros equipamentos”.

Segue-se a forma de pagamento, como, aliás, havia eu também sugerido ao titular da Agricultura; isto é, os lavradores colaborariam pagando taxas módicas por área de terra revolvida.

#### A notícia específica:

“Os serviços são pagos pelos lavradores à base de uma taxa de trabalho-hora, que corresponde a 60% do custo real.

#### O EXEMPLO DE SÃO PAULO

Em São Paulo, o Fomento Agrícola Federal mantém cinco patrulhas desse tipo, sediadas em Itapetininga, Taubaté, Campinas, Itapeva e Piracicaba. Essas patrulhas, em cinco anos de atividade, atenderam perto de dois mil lavradores, para os quais efetuaram mais de 200 mil horas de trabalho, beneficiando uma área superior a 66 mil hectares.

Foi principalmente o resultado obtido com as patrulhas paulistas que levou o Ministério da Agricul

dos produtores rurais na mecanização da lavoura. Funcionam no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por sua vez, as treze patrulhas móveis de irrigação se distribuem pelos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia”.

Sr. Presidente, a notícia é alvisseira, especialmente para os agricultores. Quando Ministro da Agricultura o Sr. Munhoz da Rocha, tive oportunidade de, ao dirigir-me a S. Ex.ª neste sentido, reportar-me à Fazenda Ipanema, localizada no Estado de São Paulo. Organização modelar no que tange ao desenvolvimento da lavoura, mantém ela curso intensivo de preparação de tratoristas e técnicos rurais, além de pesquisas experimentais de diversas culturas, realizadas com máquinas eficientes e modernas.

Meu apelo ao então titular daquela pasta visou à criação de cursos de tratoristas, através dos Departamentos de Agricultura dos Estados, bem como de patrulhas mecanizadas.

Recebi do Sr. Munhoz da Rocha uma carta, que guardo como recordação, na qual S. Ex.ª enaltece o objetivo que eu tinha em mira mas confessa que o Ministério estava impossibilitado de atender aquele pedido por não dispor de recursos orçamentários para fazer face a este programa, inegavelmente necessário ao nosso desenvolvimento agrícola.

O Sr. Rui Palmeira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Rui Palmeira — No tempo em que se encontrava à frente do Ministério da Agricultura o Sr. João Cleofas, o problema das patrulhas mecanizadas foi abordado com o maior interesse. S. Ex.ª foi um dos grandes Ministros daquela época, e não sei se foi interrompido o trabalho que iniciou.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Efetivamente, o Ministro João Cleofas dedicou-se a esse setor da agricultura, desejando, especialmente fomentar a produção para o que procurou facilitar a aquisição de máquinas agrícolas. O propósito de S. Ex.ª, porém, não era propriamente criar as patrulhas mecanizadas, mas incentivar as existentes, sem dúvida alguma onerárias.

O Sr. Rui Palmeira — E chegou a criar essas patrulhas. É possível que tenha sido revogada a organização que S. Ex.ª lhes deu, mas que foram criadas em vários pontos, tenho a certeza.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Acredito que S. Ex.ª, homem do campo e conhecedor das questões da agricultura, teve, no Ministério da Agricultura, o desejo de criar esse serviço tão necessário quanto urgente para se alcançar o aumento da produção agrícola. O fato, entretanto, é que o atual Ministro da Agricultura, General Ernesto Dornelles, objetiva agora, pelo menos parcialmente, a solução do problema, já tinha atacado, como bem diz o eminente Senador Rui Palmeira, pela administração anterior.

No particular posso aliás asseverar que o Sr. Ministro Costa também desejava criar as patrulhas mecanizadas. Confessou-me S. Ex.ª a impossibilidade de dar esse passo, fundamental para o desenvolvimento agrícola, porque as verbas destinadas ao Ministério da Agricultura eram precaríssimas. Mostrou-me, então, que, no cômputo geral da distribuição das verbas orçamentárias, o Ministro da Agricultura não chegava a ser contemplado com 5% do valor das rendas. Trata-se, pois, de órgão que, a despeito da importância dos problemas a ele afetos, não dispõe de recursos suficientes para incrementar obras

O Sr. Rui Palmeira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Rui Palmeira — Creio que exatamente por se recusarem esses recursos ao Ministério da Agricultura é que se pensa agora em entregar a direção de parte dos seus serviços ao Exército. Como V. Ex.ª não deve honrar, há projeto a esse respeito, com a solicitação, se não me engano, de verbas no montante de um bilhão de cruzeiros.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Ouvir falar nesse projeto, não sei, entretanto, qual o seu objetivo. Dêle tenho tão somente notícia, não disponho de elementos para informar a V. Ex.ª com segurança.

Sr. Presidente, o fato é que não temos reparos a fazer à colaboração de outros setores, que possam carrear recursos no sentido de promover o desenvolvimento da agricultura, ao contrário, cabe-nos elogiar essa cooperação. Se, com efeito, o Ministério da Agricultura não pode solucionar todos os problemas que lhe são afetos, por falta de verbas, não podemos criticar os que vêm ajudá-lo nesse mister.

O Sr. Rui Palmeira — Não concordo com V. Ex.ª. Se o órgão da administração encarregado de dirigir a política agrícola do país, não dispõe de recursos, não está certo entregá-los a outro Ministério, para realizar o que ele não conseguiu fazer tão somente por não contar com esses meios. O natural seria dar ao Ministério as importâncias de que carece para cumprir sua tarefa.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Ex.ª entende que, no particular, o concurso do Exército, para a solução de problema de tão alta envergadura, de penúria de verbas suficientes.

Não creio que o Exército esteja requisitando maiores recursos para auxiliar o Ministério da Agricultura, porquanto a diretriz geral, no caso, seria deste último, e não dele.

O Sr. Rui Palmeira — Um jornal — se não me engano, “O Globo” — aludiu à sugestão que teria sido feita, para o emprego da soma de um bilhão de cruzeiros na criação e movimentação do Serviço Agro-Pecuário do Exército.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não tenho elementos para contestar a informação.

O Sr. Rui Palmeira — Fio-me naquilo que a imprensa relata.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sou apologista das patrulhas mecanizadas, e entendo que, uma vez organizadas, deveria cobrar dos agricultores, através das seções do Fomento Agrícola, nos Estados, uma taxa módica por área revolvida. Não preconizo uma colaboração completa, com todas as despesas a cargo tão somente do Ministério da Agricultura. Não. Deve existir a colaboração por parte do particular, que recebe do Ministério as suas terras preparadas, revolvidas, com a sulcagem pronta.

Na Bahia, durante muito tempo, serviram, para esse fim, os tratores adquiridos pela Secretaria da Agricultura, prestando assistência aos lavradores.

Na lavoura canavieira — a que conheço mais de perto — esses tratores concorreram vantajosamente para o aumento da produção. Dois anos após a realização desses trabalhos mecanizados, o limite de produção dos agricultores subiu consideravelmente. Isto se passou no governo do Sr. Landulpho Alves, que, como agrônomo, esclarecido, identificado com os nossos problemas, auxiliou os produtores canavieiros, tendo criado, na Secretaria de Estado da Agricultura, um setor especializado para levar ao homem do campo os meios com os quais



Sr. Presidente, com a orientação que agora está tomando o Ministério da Agricultura, no sentido de levar aos Estados equipes e patrulhas móveis mecanizadas, em breve iremos auxiliar os resultados dessas acertadas medidas, que dão ao lavrador a máquina agrícola, o trator, para lhe facilitar o trato da terra e a colheita.

Registro, pois, com agrado este programa que agora vai concretizar o Ministério da Agricultura.

Conheço, de perto, as dificuldades geradas nos mais diferentes fatores, porque o homem do campo luta contra a irregularidade das estações atmosféricas, ressentido-se da falta de chuvas, e ainda o atraso do meio em que vive lhe cerceia os esforços. Se a esses campos acorrem os técnicos, os agrônomos do Ministério da Agricultura para ensinarem os agricultores a plantar melhor para melhor colherem, racionalizando o trabalho de forma a produzir meios com que suportem o alto custo da vida; se chegarmos a essa fase, Sr. Presidente, que, mercê de Deus não há de ser tão distante, o progresso marchará a passos muito mais avançados. São comuns discussões entre os que entendem dever-se desenvolver a indústria; no Parlamento debatem-se assuntos que dizem mais de perto com os interesses do cidadão. Poucas vezes assistimos a discussão de matérias que visem especialmente a amparar os anônimos que, no campo, colaboram no desenvolvimento econômico do País.

Sr. Presidente, volvamos os olhos para os homens do campo, dos quais recebi boa quantidade de sufrágios. Eles não têm nem fôros, porque esses veículos ficam para os cidadãos. Sempre que o lavrador recorre para o Ministério da Agricultura a fim de obter um jipe ou um arado, encontra inúmeros óbices. É natural, pois, agricultor que sou, solicite, por esta tribuna, do Sr. Ministro da Agricultura, o estímulo possível da nobre tarefa do agricultor porque é uma profissão nobre, Sr. Presidente, a daquele que lavra a terra. Desenvolvendo a produção, o lavrador concorre para o engrandecimento do País.

O Sr. Novaes Filho — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Novaes Filho — Estou acompanhando, como sempre, com a melhor consideração, a ordem de idéias que V. Ex.<sup>a</sup> defende da tribuna do Senado. V. Ex.<sup>a</sup> diz muito bem: os homens do campo é que carregam recursos para o erário público, mantêm o progresso e esplendor das grandes cidades; fornecem matéria prima para as indústrias; vivem, entretanto, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, sob as maiores dificuldades.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Diz muito bem V. Ex.<sup>a</sup>.

Devemos tratar menos da política em si e mais de política do campo.

O Sr. Novaes Filho — Muito bem.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Devemos defender mais aqueles que estão no campo, abandonados e desamparados.

Sr. Presidente, não raro, ao visitar a lavoura de meu Estado, ouvi, da parte dos agricultores, as maiores queixas contra seus representantes nas duas Casas do Congresso, por não se fixarem definitivamente nos problemas que precisam ser resolvidos, e que dizem de perto com o aumento da produção.

V. Ex.<sup>a</sup>, meu caro colega, que agora me traz o seu apoio, bem sabe das dificuldades e das deficiências com que luta o homem do campo, abandonado à própria sorte, sem crédito agrícola.

O Sr. Novaes Filho — Muito bem.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O crédito

precisa dele, para os que têm mais facilidade nos bancos.

O Sr. Novaes Filho — V. Ex.<sup>a</sup> permite mais um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Novaes Filho — V. Ex.<sup>a</sup> fere o aspecto primordial da questão, porque, se considerarmos que estamos num país essencialmente agrícola e que a lavoura produz sem o crédito específico, ela estará realizando um grande milagre.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, é uma grande verdade. O crédito agrícola existe apenas para os que não precisam de dinheiro, para os que possuem bens. Somente esses obtêm recursos nos bancos. O pequeno agricultor, que de sol a sol trabalha a terra, esse não tem crédito nos estabelecimentos bancários. Quando a eles recorrem esbarra em sérias dificuldades, tantos os documentos exigidos, como certidões negativas, mais isso e aquilo, toda documentação a respeito da pequena fazenda que possui para, enfim, lhe concederem uma migalha. Quando a consegue!

Lembro-me bem do novo Regulamento da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, de 1952, sem dúvida excelente quanto aos dispositivos de amparo ao homem do campo; duvido, porém, me afirmem que os benefícios a esses trabalhadores tenham sido postos em prática.

O Regulamento dispõe sobre empréstimo denominado "fundário", que tem por fim proporcionar a aquisição da pequena propriedade num prazo de quinze anos. Pois bem, raríssimos pequenos agricultores o conseguiram, a não ser no Estado de São Paulo, onde alguns foram atendidos.

Sr. Presidente, neste instante, em que me congratulo com o Ministro da Agricultura pela acertada criação de novas patrulhas mecanizadas, faço também meu apelo para que S. Ex.<sup>a</sup> não se esqueça de estabelecer um programa de realizações, que só pode ser levado a efeito com a planificação agrária. Deverá ser programa não para um ano, mas para quatro; mesmo substituído o Ministro deve continuar a ser executado, pois sem o estabelecimento de condições mínimas de trabalho será impossível ao Ministro enfrentar os sérios problemas que a todo momento vêm a lume.

Congratulo-me, pois, Sr. Presidente, com o Sr. Ministro da Agricultura e faço votos para que continue nesse caminho, servindo, sem dúvida, alguma, aos interesses da agricultura nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o Sr. Gilberto Marinho, segundo orador inscrito.

O SR. GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

— Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 171, de 1956, que modifica dispositivos da Lei n.º 2.550, de 25-7-55, que altera o Código Eleitoral (Lei n.º 1.164, de 24-7-50) e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 156, parágrafo 3.º, do Regimento Interno, em virtude de requerimento do Sr. Lino de Matos e outros Srs. Senadores, aprovado na Sessão de 31-8-56); tendo Parecer n.º 795, de 1956, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto, com a emenda que oferece (n.º 1-C).

2 — Discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 10, de 1956, que aprova o ato do Tribunal de Contas denegatória de registro de contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica do Amazonas e Francisco Rodrigues da Silva, para estágio na Escola Industrial do Para, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 796, de 1956).

3 — Discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 25, de 1956, que aprova o termo de acordo celebrado entre o Ministério da Saúde e o Hospital Municipal de Santo Antônio, para combater ao câncer no Estado de Santa Catarina (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 797, de 1956).

4 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 151, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 674.640,00 para atender às despesas com os prêmios de viagem conferidos pelo Salão Nacional de Arte Moderna de 1952 e outras determinadas pela Lei número 1.512, de 18-12-51; tendo Parecer, sob n.º 779, de 1956, da Comissão de Finanças, favorável com a emenda que oferece de n.º 1-C.

Está encerrada a Sessão.

Levanta-se a Sessão às 15 horas e 50 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR EZECHIAS DA ROCHA NA SESSÃO DO DIA 30 DE AGOSTO E QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES

O SR. EZECHIAS DA ROCHA:

Sr. Presidente, de Alagoas recebi o seguinte abaixo assinado que passo a ler:

"Exm.º Sr. Senador Ezechias da Rocha — Levamos ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que estamos na iminência de perder um benefício que o Governo da União nos ia proporcionar, com a passagem da linha ferroviária em nossa cidade.

Pelos estudos que estão sendo realizados, a referida estrada vai passar em Cacimbinhas, onde já existe a rodovia das Obras Contra as Secas.

Diante disso, apelamos, para Vossa Excelência no sentido de ter um entendimento com o Exm.º Sr. Ministro da Viação sobre os direitos que tem a cidade de Major Isidoro de ser servida pela Estrada de Ferro que ligará Palmeiras dos Índios e Delmiro.

Sr. Senador, esperamos que Vossa Excelência empregue o máximo dos seus esforços para atender a uma população maior e mais necessitada do que a de Cacimbinhas, por onde passa uma das melhores rodovias de Alagoas. Major Isidoro, 20 de agosto de 1956. Assinado: Padre Américo Henrique Santos (Pároco) Antônio Bispo de Mello; Walter Bezerra Lima; Antônio Wanderley; Antônio Clementino da Silva; Ecky Amaral; Danúbio Alencar; Luiz Martins Vieira; Manoel Vieira Costa; Tibúrcio Roza de Souza; Antônio Mendes do Nascimento; Antônio Ximcho; Benedito Monte Barbosa; Daniel dos Santos; Elias Pergentiu dos Santos; José Ferreira da Silva; Walter Ferreira Tavares; Alano Souza; Rosalvo Marques; Irineu Constantino; José Barros da Rocha; Fernando Bezerra Lima; Euzébio Vieira de Souza; Luiz Amaral; Benedito França; Otávio José de Lemos; Arnóbio de Souza França; Ivo Correia Lima; E.

Nogueira & Cia.; Walfrido Jeronymo da Rocha; A. Vianua da Silva; Oscar Nogueira; José Maria da Silva; José Ferreira Cavalcanti; Claudio Ferreira; Ezechias Cassiano de Oliveira; Nelson Cassiano Cândido; José Antônio da Silva; Manoel Ferreira da Silva; Manoel Fernandes Souto; José Victorino Filho; Francisco Belarmino da Silva; Carlos F. Bezerra; Benício de Oliveira França; Bertholdo Rodrigues Machado; Tibúrcio Pio Wanderley; Antônio Medeiros Costa; Antônio França; Orlando Oliveira França; José Moraes Sobrinho; Dioclecio Ferreira da Silva; Jorge Ferreira Soares; Cupertino Pereira Pita; José Sabino de Oliveira; Pedro Cristino; Victalino Monteiro da Rocha; Alfredo Ferreira de Souza; Jorge Pereira da Silva; Nelson Ferreira de Souza; Antônio Rosa; Capitulino Rocha; José Sampaio; João Farias Porangabo; Juvenino Lopes Carneiro Filho; Antônio Pereira Filho; Manuel Gonçalves de Matos; Isaias Siqueira Lages; Alípio Antônio da Silva; Hermes Rocha dos Santos; Manuel Alves Farias; Antônio Alves Barbosa; José Ferreira de Souza; Antônio Petronilo Souza Duda; Militão Leão da Silva; Antônio da Rocha Leite; Antônio Alexandre Barbosa; Amaro Alexandre Barbosa; Juarez Soares Tenório; Antônio Juvino Soares; José Ramos Amorim; Vicente Manela Ferreira; Durval Soares da Rocha; José Lopes; Antônio Rodrigues de Araújo; Benedito Barbosa; Manuel Ferreira de Souza; Manuel Joaquim Silva; Hildebrando Fontes Cintra; Mizael Cavalcante de Souza; José Alexandre Soares; Leonardo de Oliveira França; Arthur Leite Moraes; João Batista de Barros; Antônio Barros; Espedito Barros; Moacyr Barros; Luiz Tavares da Rocha; Antônio Alves; José Inocência; Manuel Alves; José Viana da Silva; Francisco Xavier França; Leoncio França; Alcides França; Luiz de Oliveira França; José de Oliveira França; Humberto de Oliveira França.

Senhor Presidente, nada mais justo que o que solicitam do Sr. Ministro da Viação os moradores de Major Isidoro.

Pelos estudos iniciados, a ferrovia Palmeira dos Índios-Paulo Afonso vai ser construída ao lado da rodovia que atravessa o sertão alagoano pelo norte. Ora, quando apresentei emendas ao Orçamento, destinadas a essa estrada de ferro, quando outros representantes alagoanos têm trabalhado por essa construção, nosso objetivo foi servir a Hidrelétrica do São Francisco e o interior de Alagoas. Seguindo de perto a rodovia das Obras Contra as Secas, a ferrovia em apreço deixará de prestar a Alagoas os serviços que dela esperamos, isto é, cortar o Estado pelo centro, por Major Isidoro, Olho d'Água das Flores e Olho d'Água do Casado e não passar rente à fronteira de Pernambuco, por Cacimbinhas. Esta zona já está bem servida por uma boa estrada de rodagem.

Tem, pois, toda a razão a população de Major Isidoro, ao pleitear que a ferrovia que ligará Maceió a Paulo Afonso corte o seu município. Neste sentido dirijo-me ao Sr. Ministro da Viação, solicitando-lhe seja atendido o justo apelo não só do novo de Major Isidoro, mas do centro do sertão de Alagoas que há muitos anos vem almejando este grande melhoramento, indispensável ao progresso daquela região tão sofredora e tão cheia de possibilidades, sobretudo no que diz respeito à pecuária.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)